



CONJUGALIDADES EM DESLOCAMENTO? O CASO DOS SWINGERS

Edson Vasconcelos¹

A conjugalidade enquanto conceito em movimento é o tema deste trabalho. Suas mudanças e nuances a partir das múltiplas interpretações pensam o conceito e os seus limites no tempo e no espaço. A necessidade de se pensar o papel da família, a organização individual no âmbito da sexualidade, das identidades e das multiplicidades e como tudo isso está inserido no interior da vivência entre os praticantes de swing. Swingers como personagens que se apóiam em uma vivência conjugal específica, articulada através da reunião de práticas, desejos e afetos que constroem sua relação conjugal e, por assim dizer, as subjetividades no interior da díade. A noção de intimidade se alia com a noção de conjugalidade. Ambas são noções que estão em diálogo permanente com idéias como as de comunidade, família, sexualidade e afetividade.

Mas, o que seria conjugalidade?

Pluralidade da conjugalidade

Nas palavras de Maria Luiz Heilborn algumas características ficam reservadas a um núcleo de trocas, sejam elas afetivas, sexuais, ou ambas, com um arranjo de vida cotidiana em comum, com uma não-demarkação dos papéis conjugais (HEILBORN, 2004, p. 135). Essas características levariam em conta questões supra-individuais, circulando entre pontos individuais e igualitários e a unidade conjugal. A criação de um conjunto territorial próprio do casal, com linguagem, comportamentos e técnicas de preservação da continuidade do relacionamento. Para Barthes (2003), a relação conjugal seria como um sistema prático-afetivo de contratos ligados entre si. Relação conjugal vista como um todo estrutural. Um esquema onde pode ser enquadrado as atividades e ações comuns entre os cônjuges. Ordenação e enquadramento para o casamento.

Segundo Sofia Aboim, o eixo entre fusão e autonomia tem servido para observar a conjugalidade enquanto uma realidade condicionada historicamente. Nesta ótica, haveria a passagem do modelo de “casal-cadeia” ao “casal duo”. Já Roussel sugere a ideia de “família-clube” como ex-líbris do casal associativo moderno, ultrapassando, o modelo de companheirismo fusional que Burgess, Locke e Thomes haviam proposto, ao diagnosticarem o movimento da instituição para o companheirismo (ABOIM, 2006).

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Adjunto das Faculdades de Enfermagem e de Medicina Nova Esperança e Professor Substituto da Universidade Estadual da Paraíba. edsonpxt@yahoo.com.br



Os modelos de Roussel assinalam, a evolução histórica da vida familiar, descrevendo a transição gradual da “família- instituição” para modelos de aliança, de fusão e, mais recentemente, de associação. No mesmo sentido, mas fazendo agora uma reflexão sobre o lado amoroso da vida a dois, Chaumier (CHAUMIER apud ABOIM, 1999) sugere que a fusão afetiva, para ele relacionado com o amor romântico, seria paulatinamente substituída por uma espécie de “fissão” estruturada pela autonomia individual. Neste plano, Giddens (1996) propõe a noção de amor confluyente, enquanto modelo substituto de um amor romântico estático, pouco sexualizado e sexualmente diferenciado. Dominante na primeira modernidade, o casal romântico enfrentaria agora, como sublinha Giddens, os desafios impostos pela crescente igualdade de gênero, pela visão dinâmica da relação e pela valorização da individualidade.

Sendo assim, conjugalidade e a individualidade são postas à mesa em mais um conjunto de pontos, bem como a investigação da relação entre indivíduo e grupo num quadro de pluralização das formas de conjugalidade. Na ótica interacionista, o casal pode organizar-se em torno da fusão ou da autonomia. No primeiro caso, dá prioridade ao “nós”, juntando recursos, tempo, espaços e identidades; no segundo, privilegia o “eu”, procurando preservar as diferenças, os projetos e o espaço-tempo de cada um. Muitas conjugalidades são possíveis entre um pólo e outro.

Sob outro ponto de vista, mas ainda sobre a conjugalidade, Foucault discute sobre o dispositivo da aliança. Conjunto de técnicas e estratégias que dariam o apoio necessário para uma investigação sobre as práticas e agenciamentos de cada consciência, focalizando aquilo que seriam as verdades sobre o sexo. Algo que Foucault também irá denominar como “dispositivo da sexualidade” (FOUCAULT, 1998).

Na contemporaneidade, pode-se estabelecer provisoriamente dois períodos para se pensar em família conjugal: um primeiro período, que vai do século XIX até a década de 1969, no qual o conjunto de características denota um modelo de família patrimonialista ou clássica, onde o amor, aos poucos, se deslocaria para dentro do casamento, além de haver uma atenção cada vez maior a criança e a discussão do trabalho sexual; em um segundo período, que começaria a partir da década de 1960, a família afetiva seria o referencial. Pode-se destacar na família afetiva um novo espírito de família, a garantia da produção identitária, ou seja, a assimilação pela conjugalidade das subjetividades, a celebração e promoção do individualismo e da autonomia, e, finalmente, a garantia de laços e continuidades.



Michel Bozon e a sexualidade conjugal

Segundo Bozon, um novo laço entre sexualidade e conjugalidade está sendo estabelecido na última década. Algumas dessas modificações se explicam através de mudanças sensíveis na forma de ver e sentir aspectos relacionados a vida conjugal. A própria instituição do casamento passaria por algumas dessas transformações. O ideal de um casamento por amor que, teria sido a referência fundante da instituição matrimonial em várias décadas foi, aos poucos, diluído em algo que o autor coloca como o casal unido pelo amor, ou, o casal por amor (BOZON, 2001).

A relação entre sexualidade e conjugalidade não denota uma radicalidade na mudança nas relações entre os homens e as mulheres. Apesar de que aconteceram transformações importantes nesse âmbito – o próprio advento do controle da concepção, através das pílulas anticoncepcionais e a inserção das mulheres no mercado de trabalho –, o imaginário do casal seria marcado, segundo Aboim, por tendências contraditórias, configurando o que alguns entendem por um “paradoxo conjugal”. Por um lado, o casal se fixaria através dos afetos, preterindo os aspectos patrimoniais ou econômicos, antes essenciais na sua institucionalização. Por outro, a individualidade se tornaria importante, ganhando independência face ao casal ou à família. A profissionalização das mulheres e a sua progressiva conquista do espaço público constituem exemplos incontornáveis desta questão. (ABOIM, 2006, p. 802).

Talvez ainda não se perceba, em termos de uma sexualidade conjugal, onde se possa identificar tal revolução. Mas que outras modificações podem ser percebidas entre a sexualidade e a vida conjugal nos últimos tempos?

O alongamento da vida sexual é um desses exemplos (BOZON, 2001, p. 136). Especialmente no caso das mulheres. O próprio advento da pílula anticoncepcional cria a possibilidade de escolhas individuais que elas podem tomar, seja no caso de postergar a vinda de filhos no caso do casamento, ou mesmo o planejamento de uma perspectiva de vida profissional. O sexo é descoberto cada vez mais cedo e é praticado em uma duração cada vez maior. Se comparado ao início do século XX, a iniciação ao sexo no século XXI acontece cada vez mais cedo. Homens e mulheres – principalmente as mulheres – com experiências sexuais em idades mais recentes do que se tinha a 50, 60 anos atrás. Ao mesmo tempo, a vida sexual de homens e mulheres se prolonga para idades mais tardias. O desenvolvimento de medicamentos, a deslocamento dos referenciais de saúde e de beleza podem ser alguns dos facilitadores para a compreensão desses deslocamentos. No entanto, outros aspectos podem auxiliar nessa explicação, incluindo aí a crescimento da expectativa de vida no século anterior.



O índice de conhecimento de práticas sexuais entre os casais atesta um pouco do contato que se está tendo com o sexo. O conhecimento maciço de práticas como a felação, o sexo oral, a masturbação, dentre outras demonstram uma maior proximidade de homens e mulheres em torno dessas práticas. Para isso, será necessário perceber de que formas isso está sendo empreendido. Como, seja de maneira conjugal ou individual, homens e mulheres administram as experiências com o sexo, no casamento e fora dele. Identificar as mudanças não dá atestado de conhecimento e sim a constatação de uma maior proximidade a partir de características coletivas e individuais.

Essa proximidade e o conhecimento das práticas sexuais estariam inseridas na relação conjugal dos casais que praticam o swing, na medida em que ambos relacionam-se com a prática no reconhecimento de desejos endógenos a ela. Em contrapartida, é preciso ressaltar esse aspecto, já que, em muitos casos, o interesse parte do indivíduo – um dos cônjuges se interessa ou já participou do swing – e só depois acaba sendo um interesse do casal. Como fica isso nas relações de gênero dentro da relação conjugal?

Seriam algumas dessas mudanças o reflexo na própria prática de se falar continuamente sobre sexo e, especificamente, sobre a sua sexualidade? Na vida conjugal, isto estaria reservado a uma ideia de vida conjugal, onde homem e mulher ampliam a troca e a experimentação de práticas sexuais cada vez mais complexas? E como ficaria a intimidade nesse conjunto de fatores que se encaixam e desencaixam dentro do casamento? Princípios estabelecidos como o da fidelidade, da preservação de um “território conjugal” passariam também por estes deslocamentos?

Para boa parte dessas questões a resposta seria sim. A uma tendência a imaginar o swing reproduzindo as relações de gênero, onde o casal se insere no swing para que o homem busque uma segunda mulher. Prática ligada ao imaginário de gênero que remete a uma dominação masculina. Mesmo assim, isso não pode ser considerado como regra geral, quando o interesse no swing parte da esposa, que já vivenciou ou tem o interesse em participar. Além disso, ao se colocarem enquanto swingers, os princípios conjugais são relativizados ao mesmo tempo em que se afirmam em outros patamares. Por exemplo, fidelidade passa a ser “filtrada” através dos códigos internos a prática do swing e a intimidade deixa de se limitar única e exclusivamente a vivência entre o casal.

Para Bozon a vida sexual conjugal pode ser caracterizada em três fases. O *casal nascente*, o *casal estabilizado* e o *casal dessexualizado* (BOZON, 2001, p. 144). Entre as três fases, o que mais marca é a regularidade em que se têm relações sexuais. Na primeira fase, a frequência de atividade sexual é bem elevada, a exclusividade sexual é prioritária e o nível de disfunções sexuais também é alto. Para o casal estável, há uma leve diminuição da atividade sexual, ao mesmo tempo em que o



nível das disfunções sexuais também diminuiria. Simultaneamente, percebe-se uma queda na qualidade das relações e um maior índice de queixas. Estabelecendo uma reflexão com as características do casal nascente, que, mesmo quando as disfunções sexuais diminuem, não aparece a conclusão de que o nível de satisfação aumenta, tendo em vista que a primeira fase da vida sexual conjugal demonstraria que, apesar de um maior índice de problemas relacionados com disfunção sexual, o nível de satisfação ainda é alto. Nesse caso, uma das explicações seria o fato que as relações tendem a perdurar, o nível das reclamações aumentaria e as declarações de ambos os parceiros sobre os seus desejos diminuiria. Na última fase, fase esta que o autor ressalta a necessidade de uma maior atenção, estas distinções se agudizam, levando os cônjuges a uma situação de não-sexo, ou não-sexualidade.

É nesse ínterim que se podem destacar as representações sobre sexualidade que, do ponto de vista conjugal, possibilita perceber posições particulares de homens e mulheres. Entre essas representações observa-se a prática do sexo sem compromisso como sendo ainda uma questão difícil para as mulheres. Da mesma forma, que se verifica uma resistência a masturbação e a pornografia (BOZON, 2001, p. 149).

Apesar de ter havido uma série de mudanças nos últimos anos em termos de uma revolução na sexualidade e nos costumes relacionados a ela, não se observa de maneira tão radical o mesmo exemplo nas relações de gênero, e, por conseguinte, nas relações conjugais. Muitas dessas representações corroborariam com um imaginário conjugal onde o homem ainda exerceria o seu poder através de práticas subliminares ou mesmo de práticas claras de submissão. Em exemplos como o swing as representações sobre cada um ficam expostas, onde, na prática, muitas vezes o que ocorre é uma “troca de mulheres” pois, o homem coloca uma série de barreiras com relação a outro homem se relacionar com a sua esposa. Como já foi dito anteriormente, apesar de alguns exemplos que mostrem o contrário, este tipo de análise confere como o tipo de exercício do poder masculino, onde a mulher não é *sujeito* do desejo, mas sim *objeto* do desejo, e a sua vivência sexual pode se restringir ao consentimento em ser usada enquanto objeto.

Maldita vida conjugal! As transformações na intimidade

Para Philippe Ariès será a partir do século XVII que o desenvolvimento da família nuclear burguesa acontecerá. Forjada entre os séculos XVII e XIX, passará por uma série de mudanças para chegar ao que foi conhecido como modelo de família. Neste ponto, vale salientar a jovialidade desse conceito e o movimento de naturalização pelo qual passou (ARIÈS, 2008). Seu domínio seria



o da casa. Casa repartida em cômodos fechados e de preferência, sem aberturas entre si. A criança começa a se tornar um personagem central no interior da casa. Motivos de cuidado e atenção será repartida entre o amor materno e a autoridade paterna. Seu papel social na casa e na família será percebido como algo *sui generis* na história do ocidente.

Antes dessa época, não se percebia, ainda, a presença da criança tendo uma importância desse vulto, muito menos a relação dos pais para com ela (COSTA, 2004). A ideia de sociabilidade estendida na idade média, onde os indivíduos estavam inseridos em uma solidariedade coletiva, feudais e comunitárias. Não haveria a separação entre o mundo infantil e o mundo adulto.

A família burguesa será problematizada por Anthony Giddens, a partir das suas relações conjugais. Segundo ele haveria uma exploração das potencialidades do “relacionamento puro”, significando uma igualdade sexual e emocional, sendo explosivo em suas conotações em relação às formas preexistentes do poder do sexo.

O amor romântico estaria nas origens do relacionamento puro teriam influenciado mais as mulheres que os homens; nesta origem estaria instalada, segundo Giddens, certa liberdade sexual. Abertura reservada as mulheres da aristocracia. Talvez possa se vislumbrar aqui, somente talvez, a realização de uma relação de muito sucesso ao longo da história contemporânea. A proximidade entre o sexo e o poder (GIDDENS, 1996, p. 49).

O amor romântico pressuporia a possibilidade de se estabelecer um vínculo emocional durável com o outro. O estabelecimento do romance também teria como base contar uma história como sinônimo de pertencimento e de vivência numa relação romântica com outro. Na relação romântica seria necessária a vivência, mas também a formulação de uma narrativa que se tornaria individualizada, pessoal e significativa do território e da criação das possibilidades de uma história conjugal propriamente dita.

A visão do amor como fusão construída pelo romantismo constitui uma representação social que, se não hegemônica no sentido proposto por Durkheim, tem pelo menos uma força social agregadora considerável. A sua expressão, mais acentuada nuns casos do que em outros, parece, por outro lado, assinalar a capacidade construtora dos atores sociais, bem como o impacto de trajetórias particulares. Namorar e casar cedo, no percurso de vida, seriam elementos importantes no leque de fatores com impacto na edificação de um nós casal.

Nesse meio tempo em que está entremeado o que Giddens chama de amor romântico também se origina a maternidade. Amor romântico estaria associado à ideia de maternidade recente. O ideal materno, a dupla função da esposa e da mãe, da “fêmea” e da “mulher” como separações



distintas. Da fêmea que se dispõe e tratar das funções reprodutivas e dividir espaço com a “mulher” ordinariamente destacada das obrigações do homem que se constrói para ser alheio ao cotidiano doméstico. Amor romântico recheado de referencial feminino. Amor feminilizado, alimentado pelas novelas e histórias de romances. Dedicado ao incomensurável e a impossibilidade de resistência. Dedicado à esperança, a impossibilidade de recusa (GIDDENS, 1996, p. 53).

A conjugalidade privatizada no espaço doméstico, tal como o romantismo a construiu, é, na sua codificação, feminina, exigindo aos homens um esforço de domesticação da masculinidade, mais livre e voltada para o exterior. No entanto, a complementaridade entre gêneros é uma componente vital destas conjugalidades. As diferenças entre masculino e feminino fornecem, a base para produzir tanto a fusão como tipos particulares de autonomia, alimentados pelas distâncias que não podem (ou não devem) ser estreitadas (ABOIM, 2006, p. 814-15).

No romance, o sexo seria um elo ao ideal esperado pelo casal romântico. O sexo como circuito, como carga elétrica. Mas, na medida em que o sexo está relacionado ao romance na relação conjugal, ao mesmo tempo em que se torna instrumento de fomento e de proporcionar a realização plena do romance, o que viria depois? Se não há mais o sexo, como “circuito”, o que resta? Se as experiências sexuais são o campo de provas para um possível romance que possa ser estabelecido, como estes afetos podem ser encontrados em uma relação onde o sexo, e os “rituais” relacionados a ele já são conhecidos e foram provados ali, no enlace conjugal? Que questões relacionadas ao romance se colocam na medida em que há uma aproximação e a empatia do casal em se relacionar?

Esse enlace, que pode ser conjugado onde dois se colocam como uno, contendo uma história, um discurso forjado que justificam os desejos, as escolhas que foram estabelecidas, aquilo que foi negado e aquilo que foi aceito, também cria as potencialidades que farão com que esse casamento se torne perspectiva de outras conjunções. Ao trazer a idéia de que o casamento pode ser utilizado como um instrumento de autonomia vem também a percepção da autonomia feminina como um fator de exploração de novas fronteiras além da relação do casamento. O paradoxo entre casamento e autonomia poderia ser vislumbrado a partir daí. Ao mesmo tempo em que, para os homens seria uma maneira de povoar este futuro porvir, através da carreira profissional, por exemplo. Colonização do tempo, colonização do futuro. Percepções de futuro mediadas pela relação que homens e mulheres teriam do que Giddens chama de amor romântico (IBIDEM, p. 68).

A segunda ideia é a de relacionamento puro, que o autor refere como situação onde há a intenção de se relacionar descompromissadamente. A relação pela relação. A associação com outra



pessoa e a manutenção do vínculo enquanto ambos concordarem. O relacionamento puro pode inclusive ser terminado a qualquer tempo, por qualquer dos parceiros em momento que achar necessário. Ambas as noções, a de amor romântico e a de relacionamento puro, podem se avaliadas a partir da construção da oposição entre as duas no momento em que o autor estabelece a oposição entre amor romântico e amor confluyente.

Uma das oposições que Giddens destaca é a diferença em que ambas operam a *ars erotica*. Enquanto o amor romântico liberta a ars erótica, sobretudo pelo fato de romantismo ser todo repleto de menções, fantasias provocadas na relação, sendo o romantismo potencializado por um teor sexual muito forte, o amor confluyente mantém a *ars erotica* como pedra fundamental da relação. O prazer de ambas as partes passa a ser o ponto-chave para que o relacionamento seja mantido em bons ventos. Termos, fantasias, criações de situações que levam ao desejo pelo outro, o fomento de todo um conjunto de ações que, organicamente enquanto relação conjugal, alimenta um amor realizável a partir da realização plena de tudo que possa ser relativo a *ars erotica*.

A continuidade da relação estaria no ponto comum em que há aceitação. Aceitação mantida através de um vínculo individualizante. Como o amor romântico pode ser caracterizado como um amor feminino, ou feminilizado, o amor confluyente, como caracteriza Giddens, pode ser percebido como mais aproximativo de um amor que se apropria das diferenças, em que se faz necessário um nível de aprofundamento e conhecimento do outro sem precedentes. Isto não significa dizer que se deve fazer a operação de separar as duas noções através de heterossexual e homossexual, longe disso. Ambos não se caracterizam a partir dessas separações, mesmo que haja uma tendência, seja para um lado, seja para o outro. Acima de tudo, emerge da discussão a possibilidade de uma sexualidade “plástica”. Ponto que implicaria em se pensar em formas de radicalização da transformação da intimidade

A co-dependência também exerce uma atenção importante quando se fala sobre intimidade entre relacionamentos conjugais. Segundo Giddens, o desequilíbrio que pode ocorrer em torno do casal, pode induzir a uma co-dependência, na medida em que esta relação não vier acompanhada de certa autonomia. Assim sendo, pode-se estabelecer um distanciamento no liame que liga uma personagem a outra, ocasionando a possibilidade de um deles começar a se colocar desvinculado do outro.

A co-dependência está relacionada a um movimento em direção ao indivíduo e a autonomia que pode fazer parte dele. Nisto se envolve a própria narrativa do eu, como zona dialógica da co-dependência; traria o enfoque de como se estabelecer as práticas em um relacionamento. O



exercício pleno do eu pode ocasionar em um desequilíbrio nas relações de poder. Mais uma vez a co-dependência que bate a porta...

Co-dependência se aproximaria da confiança. Confiar seria renunciar às oportunidades de controlar o outro ou de forçar as suas atividades dentro de algum molde. Renúncia e co-dependência. Tentativas de se equilibrar a balança do poder entre os cônjuges. Formas de transformação identitária. O “eu conjugal” e a refundação de uma identidade anterior; um vai-e-vem identitário e a modificação de comportamentos segundo as expectativas do outro. Esses e outros sintomas podem ser vistos no que Giddens chama de democratização do domínio interpessoal.

Considerações finais

Uma primeira conclusão a assinalar aponta, sem dúvida, para a pluralidade de ideários sobre conjugalidade, comprovando a existência de variadas interpretações na/e sobre a conjugalidade. Longe de haver um formato absolutamente dominante de expressão, assiste-se a maneiras plurais de reconstruir e orientar os aspectos relativos na vida a dois. Das interpretações sociológicas sobre a ação dos grupos sociais na vida familiar, e a compreensão psicanalítica sobre o inconsciente, até o corpo e a individualidade incidindo sobre as formas de se relacionar com o outro na tentativa de um pactuar de formas, gestos e afetos.

Deve-se também assinalar a diversidade de autonomias (e de identidades) construídas na conjugalidade. Encontram-se variações amplas, desde a ausência de percepção de um “eu” individualizado, passando pelo “eu” conjugal, por formas de autonomia que, sem serem estratégicas, se alimentam da própria diferenciação de gênero na conjugalidade ou de um espaço de intimidade interior protegido, até formas desejadas de autonomia, umas ainda em construção, outras mais estruturais e enraizadas.

As transformações que ocorreram nos últimos anos na vida sexual dos casais é um fator que muitos autores concordam. Neste ambiente arenoso, de mudanças ainda sendo feitas, a relação conjugal é perpassada por riscos. A relação do homem/mulher consigo mesmo denota uma série de questões individuais e coletivas. Sociais, conjugais e de cunho subjetivo. Em um solo conjugal arenoso, onde se colocar os afetos? Será que a conjugalidade ainda é o lugar onde se depositar os afetos? De que formas isso pode ser estabelecido? Será que ainda é possível?



Bibliografia

- ABOIM, Sofia. Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual. In: **Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**. Vol. XLI, nº 180. Lisboa: s/e, 2006. p. 801-25.
- ARIÈS, Philippe. **História social da família e da criança**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BOZON, Michel. Sexualidade e conjugalidade - a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. In: **Cad. Pagu**, nº 20, 2003. p. 131-56.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Edições Graal, 1998.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: UNESP, 1996.
- HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: gênero e sexualidade em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.